

3 A Inserção da Mulher no Trabalho Informal em Manaus

O Estado do Amazonas, e em particular, sua capital Manaus, são berço privilegiado da estrutura administrativa e de iniciativas que possibilitaram a implantação do empreendimento Zona Franca de Manaus – ZFM, criada em 1967 pelo Governo Federal, apresentando como principal objetivo a ocupação demográfica, o desenvolvimento, a integração da Amazônia à economia brasileira, e a expansão do mercado local. Trata-se de uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior. A isenção alfandegária contribuiu para a formação de um distrito industrial constituído por pólos comerciais, industriais e agropecuário, favorecendo o desenvolvimento do comércio local, pois

[...] quando se inicia o processo de industrialização em Manaus, O Brasil já havia passado amplo processo de internacionalização de sua economia, em particular de sua produção industrial. Ao que parece, houve, na verdade, um processo de 'migração de fábricas' [...] para Manaus, estimulado, de um lado, pela abundância dos 'benefícios' fiscais, colocados à disposição do empresariado do Centro-Sul e estrangeiro pelo poder público e, de outro, pela existência da mão-de-obra barata, desmobilizada politicamente e construída, como tal, nesse processo. (SCHERER, 1989, p. 54-55 *apud* Bentes 2005).

A Zona Franca de Manaus pode ser considerada como mais um mecanismo estratégico de expansão do sistema mundial, pois, de um lado, está em busca permanente de identificar novas formas de ampliar a margem de lucro de cada unidade de produção particular e geral, através das oportunidades geradas pelo Estado do Amazonas e sua capital; e, por outro, os baixos salários pagos à mão-de-obra, garantem aos grupos capitalistas nacionais e internacionais lucros superiores aos obtidos nos seus locais de origem.

Nos anos da Zona Franca de Manaus, a criação de novos postos de trabalho não foi suficiente para absorver a imensa demanda de trabalhadores e as conseqüências mais visíveis foram o desemprego e o crescimento no setor informal (Scherer, 2005).

Neste contexto, o trabalho informal se apresenta como uma alternativa para sobrevivência dos que estão fora do mercado formal. As mulheres manauaras buscam na informalidade as mais diversas formas de contribuir com a renda familiar, ou mesmo como sendo a única renda de sustentação da

família. Trabalhos que vão desde a produção de artesanatos, confecção de roupas, de produtos alimentícios, revenda de produtos variados a trabalhos domésticos. Elas estão espalhadas pela cidade, em feiras, calçadas de avenidas, em frente a escolas, hospitais, em grandes eventos ou mesmo em suas casas.

Nos bairros da cidade de Manaus, é comum que as portas das casas se transformem em um comércio para vendas diversas. Não apenas as mulheres estão neste sistema de trabalho, mas também as crianças que aproveitam o horário que não estão na escola, os aposentados ou pessoas que não conseguem emprego. Há um número significativo de trabalhadores informais, garantindo o seu “pão de cada dia”.

As atividades mais desenvolvidas pelas mulheres são as bancas de café regional, onde vendem os tradicionais X-caboquinho (pão francês com queijo qualho e tucumã), banana pacovã frita, tapiquinha (feita com a goma da mandioca peneirada), bolo de macaxeira, bolo de milho, café com leite e sucos. O local para esta venda são pontos de grande movimento ou na frente da casa da trabalhadora informal. Elas montam uma ou mais mesas que seja suficiente para comportar seus produtos ou transportam todos os materiais para o local escolhido. A maioria das mulheres que mantêm sua banca longe de casa providencia um transporte que faça sua condução diária. Estas têm sucesso em suas vendas, devido o povo amazonense gostar de tomar café nestes locais e mesmo porque alguns trabalhadores saem de suas casas sem tempo de tomar café.

Outra opção muito encontrada em Manaus como atividade desenvolvida pelas mulheres é a venda de churrasquinho no espeto, vendidos em carrinhos adaptados com uma churrasqueira fixa. São vendidos churrascos de carne, frango e calabresa acompanhados de farinha e vinagrete. Geralmente os preços variam de um a dois reais, o que torna a venda um atrativo para as pessoas que estão com pouco dinheiro e querem fazer uma refeição.

A venda de produtos confeccionados pelas próprias mulheres, como: roupas, panos de pratos com técnicas variadas, peças em crochê, lingerie, bijuterias, entre outros são mais vendidos em bancas fixas no centro da cidade, um tipo de box aramado que ficam no meio de ruas fechadas no centro comercial de Manaus, ou na feirinha da Ponta Negra, nos finais de semana, ou ainda na feira da Eduardo Ribeiro, aos domingos.

Outros tipos de vendas como: salada de frutas em geleiras, mingau de banana e mungunzá em grandes panelas e empurradas por carrinho de mão,

barracas com comidas variadas, balas de cupuaçu e de castanha, salgados diversos, caldo de cana e pastéis, e até mesmo a venda no próprio automóvel são encontrados com intensidade nos locais mais movimentados de Manaus.

Andando nas ruas debaixo do sol com suas caixas de balas, vendendo churrasco ou tacacá nas bancas espalhadas nos diversos pontos da cidade, nas próximas a sua casa ou nas improvisadas, muitas mulheres manauaras estão construindo uma história de trabalho, de dignidade, de sobrevivência e, certamente, são construtoras da economia local, fomentam o mercado informal, mas trazem lucro para o mercado formal, quando compram a matéria prima para confeccionarem os produtos que comercializam.

Compete à Secretaria Estadual de Produção e Abastecimento (SEMPAB) organizar, fiscalizar e gerenciar a atuação do comerciante informal na cidade Manaus, segundo registros da SEMPAB, atualmente Manaus conta com um contingente 8.232 vendedores ambulantes distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2- Contingente de vendedores ambulantes

Bairro fixo	2.561
Bairros ambulantes	1.265
Centro ambulante	261
Centro fixo	2.168
Eventos	1.213
Terminal	546
Ponta Negra	214

Fonte- SEMPAB, 2010.

Como conseqüência das atividades informais espalhadas pela cidade, pode-se constatar uma série de problemas causados pelos ambulantes que afetam diretamente a administração pública, entre elas: o comércio formal sofre concorrência por parte dos ambulantes que não pagam impostos; a Prefeitura perde arrecadação no comércio ambulante informal; o excesso de ambulantes nas calçadas do centro da cidade e em torno das áreas onde são realizados grandes eventos dificulta a circulação dos pedestres; o lixo deixado pelos ambulantes, principalmente os que trabalham com comida contribuem para o surgimento de animais nocivos a saúde e um aspecto indesejável para cidade.

O programa de ação da SEMPAB, em sua totalidade, pretende contemplar interesses em gerais, tanto do comércio formal, dos ambulantes, dos consumidores e do governo. Segundo a SEMPAB há resistência por parte dos ambulantes quanto à implementação de algumas ações da Prefeitura, principalmente quando exigem mudanças, de espaço físico ou de atitudes.

De acordo com a gerente do Comércio Informal, Rosa Maria da Silva, são designados somente 54 (cinquenta e quatro) fiscais para realizar a fiscalização dos ambulantes espalhados pela cidade. Um contingente insuficiente para manter o controle e as exigências previstas na Lei 674/2002, conforme os artigos descritos abaixo:

Art.115. Qualquer atividade econômica nos logradouros de Manaus só poderá ser exercida mediante autorização da Prefeitura.

Parágrafo Único. Caberá ao órgão de licenciamento e controle urbano e ao órgão de planejamento urbano, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, de acordo com a legislação de uso do solo e de preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Manaus:

I – definir locais e logradouros onde poderá ser autorizado o exercício de cada tipo de atividade econômica;

II – definir o número máximo de ambulantes, barracas, quiosques, trailers, veículos utilitários ou qualquer outro mobiliário similar.

Art. 116. As atividades econômicas em logradouros públicos poderão ser exercidas em ponto fixo ou em:

§1º. Terão ponto fixo as atividades econômicas que serão exercidas em local devidamente determinado e demarcado pela prefeitura, podendo fazer uso do seguinte mobiliário urbano:

I – quiosques, trailers e veículos utilitários automotores;

§2º. As atividades econômicas em logradouros públicos serão consideradas ambulantes quando admitirem o deslocamento durante seu exercício, obedecendo a trajeto ou área de abrangência definidos pela Prefeitura, podendo ser exercidas a pé, em carrocinhas, triciclos ou equipamento móvel similar.

Uma das exigências quanto à higiene dos alimentos é que sejam preparados em outro local, nos pontos de vendas são permitidos somente procedimentos de aquecimento, refrigeração e conservação do alimento. Também é cobrada dos funcionários uma boa apresentação, sendo obrigatório o uso do uniforme de cor clara, este deve estar portando carteira de saúde ou atestado fornecido pela entidade pública competente.

É exigido também que os equipamentos utilizados para servir os alimentos e bebidas sejam descartáveis, haja vista que não possuem água em seus pontos de venda, a não ser que a instalação da água seja autorizada e esteja de acordo com projeto aprovado pela Prefeitura.

O lixo e detritos produzidos deverão ser acondicionados em recipientes padronizados pela Prefeitura, sendo obrigatória a manutenção do seu local de trabalho, bem como suas imediações devem estar em boas condições de asseio e higiene. Desta forma, para Prefeitura, os interessados no exercício da atividade econômica informal nos logradouros de Manaus deverão atender as

condições de cadastramento e exigências junto ao órgão competente da Prefeitura e estar de acordo com as exigências da Lei 674/2002.

Estão envolvidos na reorganização do comércio ambulante no centro de Manaus, além da SEMPAB, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB. Estes órgãos definem novas formas de atuações, segundo notícias publicadas no site do GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (2010), os dois secretários municipais definiram como será a atuação de cada órgão no programa de reorganização do comércio informal em Manaus.

Caberá a IMPLURB elaborar projetos para a construção de shoppings populares ou camelódromos e definir onde e como serão construídos, portanto, cabe a este órgão administrativo somente planejar e direcionar a construção da estrutura física de um espaço destinado aos ambulantes. A SEMPAB, por ser uma pasta operacional que executa tarefas, caberá o cadastramento, organização e fiscalização da atividade do comércio ambulante. Os gestores das duas pastas, após definirem suas atuações, pretendem resolver com mais eficiência e agilidade o inchaço do comércio ambulante no centro da cidade de Manaus.

A construção de um camelódromo foi discutida por vereadores, ambulantes e representantes de entidade de classe realizada na Câmara Municipal de Manaus (CMM), onde mais de 300 (trezentos) ambulantes concordaram com a proposta de reorganização e fiscalização da atividade desenvolvida pelo comércio informal no centro da cidade, mas com a ressalva de que permaneçam na área central. De acordo com o presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus - SICOVAM, em notícia divulgada pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus - CDLM (2009), os locais que melhor atendem à realidade dos ambulantes ficam em torno do porto da cidade que são os galpões 19 e 20 do porto de Manaus e também o prédio do antigo C.O, esses locais vão alocar todos os vendedores ambulantes junto com outros serviços que servem para atrair o consumidor como praça de alimentação e o Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC, apresentando ainda ao Prefeito atual o resultado oficial do plebiscito realizado pelo Sincovam, o qual indica que 98% dos quase dez mil entrevistados concordam com a saída dos camelôs das ruas do centro da cidade.

A prefeitura, em função da Copa do Mundo de 2014, tendo Manaus como sede, está empenhada em resolver o problema dos ambulantes e afirmou em entrevista que: “Não podemos por os camelôs em um local distante. A única

solução é alojá-los, de forma decente, em área de grande movimento. A idéia de usar aquela área do porto foi muito inteligente”. (Marcondes, 2010)

A obra provisória do camelódromo foi iniciada, porém o local escolhido para a revitalização do centro, o Porto de Manaus, foi embargado por fazer parte do patrimônio histórico nacional tombado pelo IPHAN em 1987 e faz parte do Sítio Histórico de Manaus, conforme artigo 235 §2º. da Lei Orgânica do Município de Manaus. O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) recomendou a IMPLURB a suspensão de qualquer procedimento para a instalação do Shopping de Camelôs. A previsão era receber, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias de construção, em torno de 2,3 (dois mil e trezentos) ambulantes.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) a construção do Camelódromo no porto de Manaus impede a visibilidade da orla do Rio Negro e do prédio da Alfândega de Manaus. Tais irregularidades irão gerar prejuízos ao patrimônio histórico da cidade, e afirma que os empresários responsáveis pela construção da obra deveriam ter consultado a agência para pedir autorização como determina a legislação.

Uma reportagem do dia 04 de outubro de 2010 indica que continua o impasse para a permanência das obras do Shopping Popular Provisório, o Camelódromo, segundo o diretor-presidente da IMPLURB, a Prefeitura de Manaus apresentará, em Brasília, uma proposta para análise e aprovação. Caso o parecer seja favorável, o Shopping Popular será inaugurado ainda este ano. Segundo a assessoria do Grupo UAI, empresa responsável pelo Camelódromo, mais de 80% da obra já foi concluída, mas até o momento aguarda liberação da Justiça. (portalamazonia.globo. com)

Para o prefeito, à vontade do povo de ver as calçadas livres, aliada a vontade dos camelôs, de deixar as ruas, deve fazer com que o bom senso prevaleça e a obra do Camelódromo possa ser concluída. O Grupo Uai, através de seu representante lembrou que o planejamento do Camelódromo observou todos os detalhes técnicos necessários e que o empreendimento é fundamental para que Manaus receba a Copa de 2014. Ele destacou que a instalação dos camelôs na área do porto é provisória. Para os ambulantes, o Camelódromo é o resgate da dignidade das pessoas que trabalham nas ruas da cidade e lamentam a determinação da justiça de demolir a estrutura já construída, uma vez que muitas famílias vêem no novo empreendimento a oportunidade de continuar garantindo seu sustento.

Enquanto esta situação não é definida, a SEMPAB, de acordo com o Governo do Estado do Amazonas (2009), continua fazendo o trabalho que é de sua competência: disponibilizou para a sociedade um canal de comunicação com os consumidores chamado Disk-Denúncia (número 3663-8488), atendendo ao público, no horário de 8h às 16h nos dias úteis, recebendo reclamações sobre mercados, feiras, e o comércio informal dos camelôs. As denúncias dos camelôs são encaminhadas para a Gerência de Comércio Informal (GECIN), responsável em enviar fiscais para checar a veracidade da denúncia. Se a denúncia da clandestinidade for real, providências jurídicas são adotadas de acordo com a lei 674/2002, que regulamenta o comércio nos logradouros públicos.

Esse procedimento indica que a Prefeitura considera fazer a sua parte apenas vigiando aqueles que estão na clandestinidade, sem, de fato, empreender uma luta pela construção de um espaço de trabalho que seja mais digno e dentro da legalidade. Por certo que a fiscalização é ponto importante para a organização da cidade e do trabalho informal, mas acreditar que só essa medida resolve a insegurança destes trabalhadores é ter uma visão pela metade. Se, de um lado, a sociedade tem o direito de caminhar pelas ruas, principalmente do centro da cidade, com mais liberdade; do outro lado, temos um grupo de trabalhadores que retira seu sustento deste trabalho e precisa deste espaço para sobreviver.

Outras medidas vêm sendo tomadas com intuito de minimizar a precarização do mercado informal, de acordo com o Governo do Estado do Amazonas (2010). Os trabalhadores informais de ocupações diversas poderão ter acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, salário maternidade, pensão por morte, como também CNPJ, o que facilitará a linha de crédito. Para tanto, a Prefeitura de Manaus aderiu o programa “Empreendedor Individual” uma iniciativa da Secretaria Municipal de Economia e Finanças - SEMEF, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/AM, criado com base na lei nº 128/08, que prevê a legalização de trabalhadores informais com ganhos anuais de até R\$36.000,00.

A SEMEF explicou que todos que tenham interesse na legalização devem obter primeiramente uma Certidão de Informação Técnica, uma espécie de autorização da Prefeitura para trabalharem e seguirem as diretrizes da Lei nº 128. Após a regularização, os interessados devem fazer acessar o site www.portaldoempreendedor.gov.br para formalizar seu cadastro. Para conseguir a formalização, o trabalhador estará isento de tarifas. Porém, após estar

legalizado, deverá recolher uma taxa mensal de R\$ 51,15 para a Previdência Social; um real fixo, por mês, ao estado e cinco reais mensais, se for prestador de serviços.

3.1

População feminina trabalhadora e Formação Social de Manaus

O Estado do Amazonas está situado na região norte, sua capital é Manaus, com uma população estimada, segundo o IBGE, em torno de 1.802.525 milhões de habitantes. O povo amazonense teve sua formação efetiva do índio e do português, desta mistura originou-se o mestiço mameluco. Também há comunidades de povos do Oriente Médio (árabes e judeus) e Ásia Oriental (japoneses), além de uma pequena comunidade de afro descendente.

Com a expansão da borracha, a partir de 1870, o Amazonas recebeu imigrantes de todo o país, de norte ao sul, como também estrangeiros vindos da Europa e da Ásia Menor que tentaram instalar colônias que não frutificaram, ficando apenas seus descendentes (Beltrão, 1998).

A formação cultural do Amazonas compreende um conjunto de valores, crenças, hábitos e atitudes que teve sua base na cultura indígena e no conhecimento da prática e uso dos recursos naturais advindos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. A esses valores foram incorporadas algumas contribuições dos imigrantes europeus, nordestinos e de outras regiões do Brasil que chegavam atraídos pelas oportunidades de enriquecimento. Mas, estes grupos com o passar dos tempos, foram perdendo parte de sua identidade e foram adquirindo e adaptando-se ao novo estilo de vida, de acordo com os costumes da região numa constante troca. Essa mistura humana formou, na Amazônia, múltiplas correntes e grupos culturais abertos para receber novos conhecimentos, como também para ensinar as peculiaridades regionais. (Beltrão, 1998).

Manaus foi fundada em 1669 com a construção do Forte de São José, e elevada à categoria de vila em 1832 com o nome de Manaus. Possui uma área territorial calculada em torno de 11.684 Km². É a cidade da região norte que mais

recebe migrantes no Brasil, gerando um crescimento desordenado, uma ocupação ilegal, através de invasões.

Manaus, cujo nome é alusão aos índios Manaos, que habitavam a região, é o portão de entrada para a maior floresta tropical do mundo. Possui extraordinário estoque de recursos naturais, representado por 20% da reserva da água do planeta, uma biodiversidade de inestimável valor e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo. Contudo não foram as riquezas naturais e culturais que atraíram milhares de brasileiros, e até estrangeiros para Manaus, mas o Distrito Industrial de Manaus: a Zona Franca de Manaus – maior pólo industrial e comercial de eletro-eletrônico da América do Sul – com mais de 600 (seiscentas) empresas, pressupondo emprego para todos. (Beltrão, 1998).

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou o crescimento econômico regional, iniciado durante o ciclo da borracha, época em que a população havia aumentado significativamente. A ZFM abrigou novas indústrias, comercializando produtos importados de outros países, porém com sua instalação, Manaus foi invadida pela migração das populações interioranas e ribeirinhas, como mão-de-obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas.

A proximidade com a fronteira da Colômbia, Peru e Bolívia também serviu como atrativo para a vinda de milhares de estrangeiros fronteiriços. A cidade não comportou o fluxo migratório que provocou inúmeros problemas sociais, entre eles a falta de saneamento básico, saúde, educação, moradia, transporte e alta taxa de desemprego.

A cultura manauara sofreu influência da cultura dos diversos povos que migraram para estas terras, tornando-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas, mas com predominância da cultura indígena, como também são as índias mão-de-obra preferidas no Distrito Industrial. De acordo com uma pesquisa realizada na década de 1980, por um grupo de professores das universidades do Pará e do Amazonas, sobre a “Mobilidade do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus” e publicada no Observatório Social em Revista, constatou-se que 75% da mão-de-obra eram femininas, com notória preferência pelas índias.

As razões apontadas na pesquisa por essa escolha associavam as habilidades manuais e também o fato dessa população não ter sido agricultora – portanto, não tinham mãos grossas e calejadas pelos trabalhos agrícolas, pré-requisitos importantes na seleção, uma vez que as indústrias precisam de

destreza manual e, principalmente, mãos extremamente finas para serem mais sensíveis ao manuseio dos componentes. Além da destreza manual, outros requisitos, como: serem concentradas, assíduas, reservadas e pouco falantes, tornavam as índias com perfil da operária ideal, por esses motivos as indústrias da Zona Franca de Manaus contratavam mulheres jovens índias e as caboclas vindas do interior para Manaus.

Apesar de não haver nenhum levantamento específico da presença das mulheres indígenas no Distrito Industrial de Manaus, os traços indígenas - a tez morena, os olhos amendoados e os cabelos negros - evidenciam a presença indígena nas indústrias de Manaus. No trabalho apresentado da pesquisadora Dias (2004) a respeito da mulher indígena, Marilene Corrêa da Silva Freitas, uma das participantes do estudo sobre Mobilidade do Trabalho Feminino, enfatiza o fato de não haver uma identificação da presença indígena nas fábricas, sem que tenha preconceito, mas sim a aceitação, pois estão inseridos na “sociedade e concorrem como todo ser humano ao mercado de empregos, a uma vida de controle social difuso e a um padrão mais ocidental de organização social”.

Neste sentido, fala-se que a população majoritária amazonense é cabocla, descendentes de índios e não como índios propriamente ditos. Assim, as diferenças são diluídas e o fato de possuírem pele fina e mãos leves e finas tornam as mulheres as preferidas nas indústrias de Manaus. Para a pesquisadora Marilene Corrêa, apesar da aparente invisibilidade, as operárias de origem indígenas “se revelam no comportamento, na postura corporal, na etiqueta, na preservação da tradição, na preferência por alimentos, na transmissão de hábitos e do conhecimento tradicional para filhos.”

Em sua reportagem “Distrito Industrial de Manaus: a presença invisível da mulher indígena na Zona Franca” divulgada no Observatório Social em Revista, a fala de algumas operárias com descendência indígena demonstra como se retratam: “Eu nunca falei, sou indígena, mas as pessoas falam e não fico chateada. Sou do Pará e sei que tanto aqui como lá é terra de índio. Sei que sou uma índia, que tenho sangue índio e tenho orgulho por isso”. (Dias, 2004).

As operárias revelam em suas falas certo orgulho por serem indígenas ou descendentes de índios e não negam suas origens, pelo contrário, denota sentimento de vitória pelo reconhecimento de seu potencial e que as características físicas não impedirão sua luta pelo seu espaço no mercado de trabalho.

Apesar das operárias indígenas ou de origens indígenas não denunciarem preconceito e discriminação, podemos observar na reportagem divulgada pelo

site do Conselho Indígena Missionário que a realidade do índio nas zonas urbanas de Manaus é penosa, alguns sofrem discriminação não só da população não índia como de órgãos públicos. A população indígena de Manaus é de aproximadamente sete mil indivíduos, espalhados pelas quatro zonas da cidade, vindos de vários municípios do Amazonas e de outros estados. Eles vivem nos bairros da periferia, em lugares onde não há saneamento básico, postos de saúde, escolas, segurança e outros serviços básicos. Para sobreviver, muitas famílias produzem e comercializam artesanatos, os homens fazem pequenos trabalhos - os “bicos”- e as mulheres são empregadas domésticas. (Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2000).

De acordo com uma representante da pastoral Indigenista, na reportagem divulgada no site do Conselho Indígena Missionário:

Um dos mais graves problemas que os indígenas da cidade enfrentam é o atendimento à saúde, sem dúvida. Quando procuram os hospitais ou postos de saúde e se identificam como indígenas, são mandados para a FUNAI, que nem é o órgão responsável pela assistência à saúde dos índios. Além da discriminação, a desinformação dos agentes públicos colabora para precarizar ainda mais a vida dos índios que vivem no meio urbano. (Oliveira, 1997)

Embora inúmeras melhorias já tenham sido realizadas no atendimento aos indígenas, ainda fica a desejar a atenção em alguns segmentos da sociedade, sobretudo na área da saúde. Os indígenas reclamam de que nos postos de saúde, principalmente, não são bem atendidos e nem lhes é permitido praticar suas formas tradicionais de cura.

Para Ana Delia Oliveira, membro da pastoral Indigenista, para conhecer melhor a realidade dos indígenas nas zonas urbanas de Manaus, a partir de dados concretos, um atual levantamento dos indígenas em Manaus servirá para acabar com o preconceito, contribuir para informação dos agentes públicos e para proporcionar melhor assistência por parte dos órgãos municipais e estaduais.

De acordo com Marilene Corrêa em entrevista, há poucos anos se dizia que não havia índio no município de Barcelos e agora as pessoas oriundas deste local já estão reconhecendo suas origens. Exemplo disso é o presidente da Federação das Organizações do Alto Rio Negro – FOARN pertence ao povo Baré, cuja comunidade está localizada no município de Barcelos, situada às margens do Rio Negro/AM. (Dias, 2004)

A pesquisadora afirma “esse é um processo de re-etinização, ou ‘reinvenção identitária’. Não se pode dizer que estão recuperando a identidade

ancestral, pois estão adaptando a identidade ancestral ao momento histórico em que vivem”. Indígenas que deixaram seu habitat quando crianças e vieram com seus pais para a capital em busca de melhorias, como é o caso da índia Dessana (povo indígena que habita a região do Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira/AM) chamada Zelinda Saldanha, hoje com 31 anos, afirma que sabia que era índia, mas foi criada pensando que índio era somente aquele que usava tanga, não compreendia que por não usar tanga, não deixava de ser índia, muito pelo contrário, o fato de entender a língua de seus parentes mais próximos, que falavam o Tukano (índios do Rio Negro, considerados como grupo hegemônico da região), confirmava sua identidade indígena, continua sendo índia, mas numa outra realidade, distante da que viveram seus avós e até mesmo seus pais. (Dias, 2004)

Os índios contribuíram com o início da colonização nacional, os empresários que instalaram suas fábricas no Pólo Industrial de Manaus utilizaram os índios para ajudar a compor sua mão-de-obra, reconhecendo o potencial da força de trabalho feminina e das indígenas, capazes de se adaptarem com facilidade e rapidez aos novos processos de produção, ajudando a manter um alto padrão de produtividade.

3.2

A evolução das relações de trabalho e suas implicações para a trabalhadora manauara

A Zona Franca de Manaus pode ser considerada como mais um mecanismo estratégico de expansão do sistema mundial em busca permanente de identificar novas formas de ampliar a margem de lucro de cada unidade de produção particular e geral através das oportunidades geradas pelo Estado do Amazonas e sua capital, e pelos baixos salários pagos aos trabalhadores, garantindo, aos grupos capitalistas nacionais e internacionais, lucros superiores aos obtidos nos seus locais de origem.

Com o advento dos incentivos fiscais (isenções e reduções tributárias), desonerando os produtos fabricados na ZFM, competindo com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM conseguiu-se atrair para Manaus grandes e médias empresas industriais, demonstrando a

força do modelo industrializador que conseguiu produzir em grande volume de vendas, geração de emprego e massa salarial, responsáveis pela recuperação urbana de Manaus e de geração de grandes receitas públicas estadual e federal.

Por ser baseado na política de substituição de importações de reservas de mercado, o modelo que foi implementado na Zona Franca de Manaus, e hoje vem sendo substituído pela abertura do mercado nacional à competição dos produtos estrangeiros e à inserção da economia do País no contexto da globalização e dos mercados comuns sem fronteiras, traz na sua amplitude o maior modelo de desenvolvimento regional implantado no norte do Brasil, administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Apesar de ser uma cidade em crescente desenvolvimento, podemos observar visivelmente algumas mazelas. Manaus apresenta hoje, inúmeras favelas sem infra-estrutura necessárias para uma vida saudável e de qualidade, contrastando com o centro da cidade e alguns bairros nobres. As populações de baixa renda, sem alternativa, procuram a periferia da cidade ou ainda invadem grandes extensões de terras onde sobrevivem em condições precárias, reforçando a problemática da exclusão social.

Podemos observar bairros de alta renda localizados próximo a invasões e periferia, onde grupos de perfis de renda diversos convivem aumentando a desigualdade social. Além da dualidade bairro e periferia, os problemas de segregação social advêm, também, com a chegada de milhares de migrantes paulistas e nordestinos que vieram para Manaus na década de 1970, à procura de melhores condições de vida com a criação da Zona Franca de Manaus, segundo informações da Enciclopédia Wikipédia, 2009.

Podemos atribuir como fator influenciador deste cenário, a nova política industrial que regula a Zona Franca de Manaus visando aumentar a competitividade e a produtividade da indústria nacional por meio de abertura do mercado brasileiro às importações. Segundo Valle (2000, p.39),

[...] a indústria da Zona Franca de Manaus construída com base em incentivos fiscais expressivos e proteção de altas tarifas aduaneiras, tornou-se altamente vulnerável à concorrência frente à eliminação da proibição de importação de vários produtos, muitos dos quais produzidos na Zona Franca de Manaus, à redução das alíquotas do imposto de importação. A abertura do mercado brasileiro à competição externa anulou os privilégios do porto livre de Manaus e a indústria ali localizada mergulhou, em consequência, em uma profunda crise.

Isso demonstra que mesmo a Zona Franca de Manaus não está isenta das crises econômicas e das transformações ocorridas no mercado de trabalho decorrente da reestruturação da produção e das transformações globais, do capitalismo e da globalização. Nesta perspectiva, podemos dizer, segundo Oliveira (2000), que a indústria eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus atualmente aumentou o nível de exigência por maior qualidade e competitividade expressa pelos selos de certificação, pela crescente imposição de automação com máquinas sofisticadas e pela melhoria na qualificação profissional da mão-de-obra.

Segundo Pinheiro (2008), existem muitas práticas discriminatórias no processo de seleção para contratação de mão-de-obra para as indústrias. Os trabalhadores com mais idade têm dificuldade de manter seu emprego ou encontrar outra oportunidade de trabalho. Observa-se no Distrito Industrial – DI o crescimento da contratação de mão-de-obra terceirizada, aquela em que não existe vínculo empregatício com a indústria, mas com a empresa de RH, criando assim, a categoria dos trabalhadores subcontratados que sofrem com a inexistência de políticas de cargos e salários e da precarização dos salários.

As mulheres manauaras viram no DI uma possibilidade de auxiliar na economia doméstica. Diante de um novo cenário que se desenhou, com exigência de maior renda, a mulher saiu da sua casa e da casa das famílias para quem trabalhava para tentar uma vida melhor, com salários melhores, auxílio transporte e, em algumas empresas, plano de saúde. Com a aceitação das mulheres nas fábricas e a crescente necessidade de sobrevivência, houve um aumento do trabalho feminino, deixando em segundo plano, seus filhos, sua casa. Para muitos que aqui residem, o DI foi o seu primeiro emprego, foi o seu sustento, foi à fonte para custear os estudos e mais tarde garantir acesso ao estudo.

Para muitas mulheres, o DI se apresenta como um sonho de dias melhores, principalmente para aquelas que sempre viveram na informalidade, como diaristas, empregadas domésticas, vendedoras de roupas, sapatos etc. Para elas, ser empregada do DI, com carteira assinada, salário fixo no fim do mês, é a certeza de que poderão adquirir bens como móveis, casa, dentre outros.

Por certo que o DI também lhes levou o tempo com a família, com os filhos. Muitas dessas mulheres tiveram seus filhos criados pela sogra ou pela mãe, quando não pelos vizinhos. Para ter certa independência econômica pagaram o preço de não cuidar dos filhos, tendo em vista a jornada de trabalho

ser de 8 horas diárias. Quando trabalham no horário comercial, entram as 7horas e saem as 17horas. Levando em conta o tempo de traslado de casa para a fábrica, da fábrica para casa, saem de casa às 6 horas e retornam às 18 horas.

Para as mulheres, o DI lhes ofereceu trabalho remunerado e os direitos trabalhistas, mas retirou a possibilidade de educar e criar os filhos integralmente, estendendo, ainda, sua jornada de trabalho em casa.

3.3

O entorno do UNINORTE: formalidade X informalidade

O Centro Universitário do Norte - UNINORTE - é oriundo do Instituto Cultural de Ensino do Amazonas – ICESAM, cujas atividades iniciaram em 1998 com a implantação dos cursos de Serviço Social e Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. O UNINORTE recebeu em 1994 os cursos de Tecnologia em Processamento de Dados e Turismo ministrados pelo Instituto Manauara de Ensino Superior e o curso de Administração com ênfase em Análise de Sistemas, ministrado pelo Instituto Amazonense de Ensino Superior, totalizando 12 anos de atividades. (site www.uninorte.com.br).

As Unidades do UNINORTE estão localizadas no Centro da cidade Manaus conforme informações a seguir:

Tabela 3- As Unidades do UNINORTE e seus respectivos cursos

UNIDADES	CURSOS
Unidade I - Av. Joaquim Nabuco, 1232 – Centro	Cursos: Ciências Biológicas / Educação Física / Enfermagem / Farmácia / Fisioterapia / Fonoaudiologia / Nutrição / Odontologia / Tecnologia em Estética, Beleza e Imagem Corporal.
Unidade III - Av. Joaquim Nabuco, 1356 - Centro	Cursos: Ciências Contábeis / Ciências Biológicas / Educação Física / Enfermagem / Farmácia / Fisioterapia / Fonoaudiologia / Nutrição
Unidade IV - Rua Huascar de Figueiredo, 290 - Centro	Cursos: Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Tecnologia em Desenvolvimento de Software / Tecnologia em Rede de Computadores / Tecnologia em Banco de Dados / Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet
Unidade V - Rua Frei Lourenço, 33 – Centro	Cursos: Turismo/ Licenciatura em Química / Licenciatura em Matemática / Licenciatura em Física / Licenciatura em Língua Portuguesa / Licenciatura em Língua Inglesa / Licenciatura em Língua Espanhola / Licenciatura em História
Unidade VI - Av. Joaquim Nabuco, 1469 – Centro	Administração (com ênfase em Análise de Sistema, Comércio Exterior e Marketing) /Administração (Matutino) /Ciências Contábeis (Matutino) /Letras (Matutino) /Marketing / Psicologia / Licenciatura em História (Matutino) / Pedagogia (Matutino) / Serviço Social (Matutino) / Tecnologia em Gestão da Qualidade
Unidade VII - Rua Emílio Moreira, 601 – Centro	Direito
Unidade VIII - Rua Huascar de Figueiredo, 205 – Centro	Urbanismo / Tecnologia em Design Gráfico
Unidade IX - Rua Leonardo Malcher, 715 – Centro	Departamento de Matrícula da Pós-Graduação / Geografia / Petróleo e Gás - Laboratório anexo para os cursos de Engenharia Petróleo e gás
Unidade X - Rua Dez de Julho, 873 – Centro	Sede Administrativa /Secretaria Acadêmica / Central de matrícula / D.R.A. / Setor de cobranças /Coordenação de estágio / PROUNI / FIES / Curso de Psicologia / Administração (e ênfases em Análise de Sistemas, Comércio Exterior, Marketing e Recursos Humanos
Unidade XI - Rua Igarapé de Manaus, 211 - Centro	Ciências Econômicas / Curso de Pedagogia / Serviço Social / Comunicação Social - Publicidade e Propaganda / Comunicação Social - Rádio e TV(Radialismo) / Comunicação Social - Jornalismo
Unidade XII - Rua Leonardo Malcher, 1146 - Centro	Engenharia Mecânica / Engenharia da Produção / Engenharia de Telecomunicação / Engenharia Ambiental / Engenharia Civil / Engenharia Elétrica / Engenharia Eletrônica / Tecnologia em Petróleo e Gás / Licenciatura em Geografia
Unidade XIII – Rua Leonardo Malcher, 751 – Centro	Pós-Graduação UNINORTE / Diretoria de Extensão

Fonte: Portal do UNINORTE.

As Unidades I, III e VI estão situadas na Avenida Joaquim Nabuco, além de outras cinco Unidades em ruas adjacentes à Avenida Joaquim Nabuco. O

movimento desta via aumentou consideravelmente após a instalação das Unidades do UNINORTE, principalmente no turno noturno, escolhido pela maioria dos seus quase 25 mil alunos.

A Avenida Joaquim Nabuco, considerada uma das vias mais importante do centro da cidade, foi revitalizada, atraindo inúmeros trabalhadores informais como ambulantes vendedores de: pipoca, bombons, sorvetes, pastéis, cachorro-quente, salgados, salada de frutas, churrasco no espetinho, bolos entre outras guloseimas. Os ambulantes vendem seus produtos em carrinhos adaptados para o tipo de alimentos comercializado, ou ainda em mesas armadas nas calçadas, ou em bancas fixa ou móvel. Pode-se observar ambulantes que chegam em seu próprio carro, levantam a tampa do porta-malas e lá improvisam suas vendas, este tipo de trabalhador é muito comum nesta área. (Revista Universo, n. 2, 2006).

O entorno do UNINORTE proporciona aos ambulantes condições favoráveis para a comercialização de seus produtos, pelo grande fluxo de pessoas que por ali transitam diariamente e pela boa iluminação oriunda dos postes de luz fixados pelo próprio Centro em frente de suas Unidades para tornar a avenida mais clara e também para segurança de seus alunos. Tais fatores contribuem para o aumento de ambulantes nas proximidades da Instituição.

Não só os ambulantes, mas também os comerciantes investem em estabelecimentos diversos para usufruir o grande movimento gerado pelo UNINORTE. Várias lanchonetes, restaurantes, sorveteria, banca de revistas, serviços de reprografia e panificadoras dividem o espaço e as vendas com os ambulantes.

O funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da permanência dos ambulantes no entorno do UNINORTE ocorre de acordo com o Calendário Acadêmico da Instituição. No mês de janeiro, período de férias dos alunos, o movimento diminui consideravelmente, e algumas lanchonetes, como é o caso da *Cat's* fecha e todos os funcionários saem de férias também. Já os ambulantes, se deslocam para outras áreas de movimento retornando somente no início do ano letivo.

Podemos observar que os alunos consomem bastante os alimentos comercializados pelos ambulantes, principalmente pelo baixo preço de seus produtos. Geralmente, os alimentos são produzidos e vendidos pelos próprios ambulantes, o que permite manter um preço acessível para os universitários de

baixo poder aquisitivo, que saem direto de seus trabalhos para a Faculdade e precisam se alimentar.

Além das vendas oriundas do comércio formal e informal no entorno do UNINORTE, a Instituição possui em suas Unidades Praça de Alimentação que são alugadas para terceiros. Os locatários reclamam da quantidade de ambulantes instalados nesta área e se sentem prejudicados pela concorrência, pois não conseguem manter o preço baixo, haja vista, os gastos com aluguel, impostos e pagamento dos funcionários. Alguns locatários recorreram direto ao órgão fiscalizador – SEMPAB, pedindo que os ambulantes daquela área fossem fiscalizados, verificando se estavam funcionando de acordo com as exigências da Lei 674/2002. No período da denuncia, houve uma redução considerável de ambulantes, mas com o passar dos dias, foram retornando aos poucos a ocupar esta área, devido o número de fiscais da SEMPAB ser insuficiente, contam somente com 54 (cinquenta e quatro) fiscais para fiscalizar a cidade de Manaus.

A formalidade e a informalidade, no entorno do UNINORTE, é uma realidade muito presente, ambos, de acordo com suas possibilidades, buscam meios que garantam sua lucratividade. A formalidade procura fazer promoção, oferecer variedade de produtos, inclusive pratos quentes, salada de frutas (investimento na alimentação saudável) e promove alguns sorteios como meio para atrair os clientes. Os que estão na via informal, para chamar a atenção dos clientes, estão sempre lançando uma novidade, uma promoção, um diferencial que atraia os alunos. Neste contexto, se destacam os comerciantes e ambulantes que conseguem manter um bom preço e produtos de qualidade, garantindo uma freguesia estável e fiel. Percebemos que apesar de alguns comerciantes e ambulantes se destacarem mais, o fluxo de alunos é suficiente para movimentar o comércio proporcionando lucro para os que buscam aquela área para garantir suas vendas e sobrevivência.